

# *Superior Tribunal de Justiça*

## **RECURSO ESPECIAL Nº 1.523.860 - RS (2015/0070667-5)**

**RELATOR** : **MINISTRO OG FERNANDES**  
**RECORRENTE** : FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - FUNASA  
**RECORRIDO** : SINDICATO DOS SERVIDORES FEDERAIS DO RIO GRANDE DO SUL  
**ADVOGADOS** : LUCIANA INES RAMBO - RS052887  
FELIPE CARLOS SCHWINGEL - RS059184

### **DECISÃO**

Vistos, etc.

Trata-se de recurso especial interposto por Fundação Nacional de Saúde – Funasa, com amparo na alínea "a" do permissivo constitucional, contra acórdão proferido pelo TRF da 4ª Região assim ementado (e-STJ, fl. 1.481):

ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. APOSENTADORIA. REVISÃO DO ATO ADMINISTRATIVO. AVERBAÇÃO. TEMPO DE SERVIÇO RURAL. AUSÊNCIA DE INDENIZAÇÃO. DECADÊNCIA. ATO COMPLEXO NÃO CONFIGURADO.

. Se é certo que os atos administrativos podem ser revistos pela própria Administração, não menos certa é a impossibilidade de invalidação de ato administrativo cujos efeitos se consolidaram pelo decurso de longo tempo desde sua edição, a fim de que se mantenha a estabilidade das relações jurídicas existentes entre a Administração e os seus servidores.

. O surgimento da Lei que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal e impõe a decadência, proibindo a desconstituição de atos que causem prejuízos a terceiros quando transcorridos mais de cinco anos desde a sua edição, constitui corolário do princípio da segurança jurídica.

. Em que pese a jurisprudência do STF no sentido de que a aposentadoria de servidor público constitui ato complexo, cuja formação depende da manifestação de mais de um órgão, somente se aperfeiçoando com o registro pelo Tribunal de Contas da União, o caso dos autos não se amolda a este entendimento, uma vez que aqui a revisão do ato administrativo diz respeito à averbação do tempo de serviço rural, que não se caracteriza como ato complexo.

Embargos de declaração rejeitados.

Em suas razões, a recorrente sustenta, inicialmente, violação do art. 535, II, do CPC/1973, ao argumento de que a Corte regional não se manifestou sobre pontos essenciais ao deslinde da controvérsia, em especial acerca da natureza meramente preliminar da averbação do tempo rural.

Quanto à questão de fundo, indica afronta aos arts. 54, § 2º, e 69 da Lei n. 9.784/1999, ao fundamento de que o prazo decadencial de cinco anos não se aplica ao controle externo a ser exercido pelo Tribunal de Contas da União –

# *Superior Tribunal de Justiça*

TCU (se a ordem para suspensão do pagamento partiu desse órgão) sobre os atos da administração pública.

Salienta que, consoante previsão art. 96, IV, da Lei de Benefícios, há vedação expressa para a utilização do tempo de serviço rural em regime de economia familiar sem o respectivo pagamento de indenização das contribuições previdenciárias.

Sem contrarrazões.

É o relatório.

Preliminarmente, frise-se inexistir ofensa ao comando normativo inserto no art. 535 do CPC/1973, na medida em que o acórdão proferido na origem se manifestou satisfatoriamente sobre todos os aspectos fáticos e jurídicos relevantes e inerentes à controvérsia instaurada, inclusive as teses argumentativas deduzidas pelas partes.

Na hipótese dos autos, verifica-se até mesmo pronunciamento expresso sobre a temática (e-STJ, fl. 1.478), destacando-se o seguinte excerto:

Esse ato de averbação, diferentemente do ato de inativação, não se apresenta complexo, e, portanto, submete-se ao prazo decadencial pois dele decorreram efeitos favoráveis ao servidor independentemente do registro pelo Tribunal de Contas.

Desnecessário, portanto, qualquer complemento à fundamentação assentada pela Corte regional, ante a ausência de máculas na prestação jurisdicional, razão pela qual não se cogita em violação do art. 535 do CPC/1973.

No mérito, de igual forma, a irresignação não merece prosperar.

Compulsando-se os autos, depreende-se que a insurgente, ao indicar afronta aos arts. 54, § 2º, e 69 da Lei n. 9.784/1999 e direcionar sua tese no sentido de que o ato de aposentadoria seria complexo, razão pela qual não correria o prazo decadencial, deixou de impugnar o fundamento do acórdão combatido segundo o qual o ato de averbação não possui natureza complexa, estando perfeito e acabado, de forma que a administração pública poderia exercer seu poder de autotutela e invalidá-lo a tempo e modo.

Para melhor esclarecer a questão, observam-se trechos do acórdão recorrido (e-STJ, fls. 1.478-1.479):

Não se desconhece o entendimento do Supremo Tribunal Federal no sentido de que não se aplica o art. 54 da Lei n. 9.784/99 aos processos em que o TCU exerce competência constitucional de controle externo, na medida em que a concessão de aposentadoria é ato jurídico complexo que se aperfeiçoa com a manifestação de mais de um órgão e com o registro no TCU. Entretanto, a situação examinada nestes autos apresenta a peculiaridade de que não se trata de simples revisão do ato de concessão de aposentadoria, e sim de ato anterior, consistente na averbação, pelo FUNASA, do tempo de serviço rural exercido pelos servidores.

Esse ato de averbação, diferentemente do ato de inativação, não se apresenta

# *Superior Tribunal de Justiça*

complexo, e, portanto, submete-se ao prazo decadencial pois dele decorreram efeitos favoráveis ao servidor independentemente do registro pelo Tribunal de Contas.

Portanto, e tendo em vista o entendimento jurisprudencial acima exposto, segundo o qual o prazo decadencial de cinco anos, para os atos praticados antes da Lei n. 9.784/99, tem início a partir da vigência da Lei (01/02/1999), o direito de o INSS rever o ato de averbação do tempo de serviço rural sem contribuições somente poderia ter sido exercido até 01/02/2004, o que não aconteceu.

Aliás, o próprio INSS quando questionado a respeito das certidões de averbação de tempo rural, afirma que o direito da Previdência de revisar atos que decorram benefícios aos seus segurados decai em 10 anos e, portanto, ratifica as certidões expedidas (evento 02, anexo pet9, pag. 184).

Insta, também, referir que a FUNASA havia recebido orientação de não computar o tempo rural sem pagamento das prestações devidas em 1998 (evento 02, anexo pet9, pag. 138). Entretanto, manteve-se inerte. Portanto, também sob essa ótica há decadência do prazo para a revisão.

[...]

Incidência, por analogia, do teor da Súmula 283/STF ("É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles").

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III e IV, do CPC/2015, c/c o art. 255, § 4º, I e II, do RISTJ, e na Súmula 568/STJ, conheço em parte do recurso especial e, nessa extensão, nego-lhe provimento.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de outubro de 2019.

Ministro Og Fernandes  
Relator